

Relatório da 1ª Reunião Anual - 2022

Grupo de Trabalho: Fintech

Consultores: Gabriel Porto e Gabriela Goulart

Data: 3/5/2022



Laboratório de Inovação Financeira

PAUTA DA 1ª REUNIÃO ANUAL	3
PARTICIPANTES	4
RELATO DA REUNIÃO	6
Informações gerais	6
Subgrupo Regulação	6
Apresentação temática 01: Facilitadores de Inovação na América Latina e Caribe	6
Apresentação temática 02: Experiência do LIFT	7
Subgrupo Instituições Financeiras Públicas	9
Apresentação temática 03: Transformação digital no Sistema Financeiro	9
Subgrupo Fomento do Ecossistema	13

PAUTA DA 1ª REUNIÃO ANUAL

Hora	Conteúdo	Palestrante
14:00 - 14:10	Abertura (10 min) Boas-vindas e considerações sobre a agenda da reunião	ABDE BID CVM GIZ Consultores GT Fintech
14:10 - 14:30	Facilitadores de Inovação na América Latina e Caribe (20 min) Apresentação sobre sandboxes regulatórios, hubs de inovação e demais ferramentas adotadas para facilitar a inovação na região	Diego Herrera BID
14:30 - 15:50	A experiência do LIFT (20 min) Apresentação sobre o LIFT e suas ações para promoção da inovação financeira, incluindo o desafio sobre Real Digital	Rodrigho Henriques Fenab
15:50 - 16:10	Subgrupo Regulação (20 min) Atualização sobre os principais resultados alcançados por este Subgrupo em seus temas de atuação: Sandbox Regulatório (<i>Acompanhamento</i>) Valores Mobiliários Digitais Regtech	Antonio Berwanger CVM Gabriel Porto GT Fintech
16:10 - 16:20	Discussão com GT Fintech (10 min) Ações que continuam para próximo ciclo de planejamento	Todos os membros GT Fintech
16:20 - 16:30	Intervalo (10 min)	
16:30 - 16:50	Transformação digital no Sistema Financeiro (20 min) Apresentação sobre transformação nos serviços financeiros e desafios enfrentados pelo SNF	Luigi Iervolino BIP Brasil
16:50 - 16:10	Subgrupo Instituições Financeiras Públicas (20 min) Atualização sobre os principais resultados alcançados por este Subgrupo em seus temas de atuação: Contratação de Fintechs Competências digitais - Guia Boas Práticas	Estéfano Winter BDMG Gabriela Goular GT Fintech
16:10 - 16:20	Discussão com GT Fintech (10 min) Ações que continuam para próximo ciclo de planejamento	Todos os membros GT Fintech
16:20 - 16:40	Subgrupo Fomento do Ecossistema (20 min) Atualização sobre os principais resultados alcançados por este Subgrupo em seus temas de atuação: Fintechs sustentáveis	Bruno Diniz Spiralem Claudio Maes CVM
16:40 - 16:50	Discussão com GT Fintech (10 min) Ações que continuam para próximo ciclo de planejamento	Todos os membros GT Fintech
16:50 - 17:00	Encerramento	ABDE BID CVM GIZ

PARTICIPANTES

Alexandre Assolini Vortex	Claudio Maes CVM	Enilce Leite Melo LAB
Alexandre Bess Legalbot	Courtany Guimaraes Avanade	Estefano Winter BDMG
Aloisio Mota RTM	Cristiane Oliveira Desenbahia	Fabio Pereira CERC
Ana Abdulkader SEBRAE	Daniel Ricas BID	Felipe Hanszmann Vieira Rezende Advogados
Ana Barufi Bradesco	Daniela Baccas CVM	Fernanda Feil GIZ
Antonio Berwanger CVM	David Cecchini Legalbot	Fernando Carvalho QR Capital
Bernardo Srur ABCripto	David Schechtman Consultor Independente	Fernando Guimarães Guimarães e Cáceres Advogados
Caio Brandao Vieira Rezende Advogados	Denise Pisoni Badesul	Filipe Villanova CIP
Caio Ramalho Anjos do Brasil	Denise Raupp Badesul	Gabriel Porto LAB
Carlos Mauricio Mirandola Consultor Independente	Diego Herrera BID	Gabriel Ribenboim Impact Bank
Carolina Malveira Legalbot	Diogo Dias Koin	Gabriela Goulart LAB
Caroline Lompa ABDE	Eduardo Camara BNDES	George Marcel Smetana Bradesco
Cassius Otharan Badesul	Eduardo Cury ANBIMA	Henrique Mariano BRQ
Celso Contin Vieira Rezende Advogados	Emilio Botelho BDMG	Jorge Casara CVM

Relatório da Reunião

Jose Alexandre Vasco
CVM

Juliana Facklmann
Mercado Bitcoin

Juliana Orru
Koin
Larissa Mazolli
LAB

Luigi Iervolino
BIP

Marina Bazoni
Bandes

Orlando Lima
BID

Paloma Sevilha
Bitrust

Pedro Tufic
Impact Bank

Raisa Fontenele
Brasfi
Reinaldo Rabelo
Mercado Bitcoin

Ricardo Nogueira
ICare

Ricardo Vieira
BTLaw

Rodrigo Ferreira
BID

Rodrigoh Henriques
Fenasbac

Savio Bertochi
Bandes

Selson Gomes
RTM

Stephan Krajcer
Certdox

Vanessa Fialdini
Fialdini Advogados

Victor Aguiar
CERC

RELATO DA REUNIÃO

Informações gerais

A 1ª reunião anual do GT Fintech em 2022 tratou do fechamento do ciclo de atividades que havia se iniciado ainda no ano anterior. Desse modo, o encontro abordou as entregas que estão sendo concluídas e, entre elas, quais atividades teriam perspectiva de continuidade para o próximo ciclo.

A abertura do encontro foi realizada pela CVM – como mantenedora do LAB, em conjunto com ABDE, BID e GiZ. O representante da Autarquia, José Alexandre Vasco, trouxe breves considerações sobre as atividades realizadas pelo GT Fintech e pontuou que o Grupo constituiria uma nova iniciativa para desenvolver protótipos relacionados ao uso da *Distributed Ledger Technology* no Brasil.

O restante da reunião contou com três apresentações temáticas, por convidados que trouxeram suas perspectivas sobre temas relacionados aos tratados pelo Grupo. De modo complementar, os membros dos três Subgrupos que compõem o GT Fintech – Regulação, Fomento do Ecossistema e Instituições Financeiras Públicas – compartilharam atualizações sobre as ações desenvolvidas nessas instâncias.

Subgrupo Regulação

Apresentação temática 01: Facilitadores de Inovação na América Latina e Caribe

Diego Herrera, do BID, apresentou sobre inovações na América Latina e Caribe, abordando em particular o papel dos sandboxes regulatórios e hubs de Inovação. Logo ao início, destacou o papel das autoridades brasileiras ao liderarem a implementação de medidas relacionadas à inovação em relação aos demais países da região.

O BID havia publicado há poucas semanas antes da reunião um estudo sobre Fintechs na América Latina e no Caribe[1], evidenciando como esse ecossistema cresceu ao longo dos últimos três anos. O Banco também publicará um FintechRegMap, um mapa interativo que mostra a situação atualizada das regulações relacionadas à inovação financeira na região, em temas como criptoativos, crowdfunding e sandboxes regulatórios[2].

Hubs de inovação foram definidos como instrumentos de diálogo que os inovadores do sistema financeiro podem utilizar para dialogar com as autoridades competentes e entender a situação da sua inovação no perímetro regulatório, entre outras questões. Foram apresentados ainda como maneiras relativamente baratas de os reguladores aprenderem sobre inovações financeiras e seus modelos de negócio.

Os sandboxes, por sua vez, tratam de inovações que precisam ser testadas em ambientes controlados. Com isso, exigem que as autoridades detenham conhecimento sobre as

Relatório da Reunião

tecnologias e os modelos de negócio testados, realizem o monitoramento das atividades inovadoras, produzam relatórios de acompanhamento e, de modo geral, resultam em custos financeiros e demandam organização institucional.

A escolha entre hubs e sandboxes dependeria de diferentes variáveis, como o nível de desenvolvimento do ecossistema e as capacidades institucionais de cada regulador. Em comparação, os sandboxes teriam custos mais elevados, porém seriam capazes de oferecer benefícios para o desenvolvimento de ecossistemas relativamente mais maduros; enquanto os hubs seriam menos custosos, mas contam com elevada capacidade para produzir conhecimento.

Apresentação temática 02: Experiência do LIFT

Rodrigo Henriques, da Fenabac, apresentou na sequência sobre a experiência do LIFT, o ecossistema de inovação mantido em parceria pela referida Federação e pelo Banco Central do Brasil. O LIFT foi definido como um hub de inovação, no qual são desenvolvidos diferentes programas relacionados à agenda estratégica do Banco Central (Agenda BC#).

O LIFT Lab consiste em um programa de aceleração que recebeu centenas de inscrições ao longo de cinco anos de existência e seria percebido pelo mercado como capaz de apresentar um impacto diferenciado pela proximidade com o regulador. Nesse aspecto, destacou-se que os servidores do Banco Central que atuam no LIFT o fazem de modo voluntário.

O LIFT Learning é focado em parcerias com universidades e centros de pesquisa. Desse modo, alunos, professores e pesquisadores são convidados a ajudar a solucionar questões associadas a casos de uso reais.

O LIFT Challenge é uma edição especial do LIFT Lab que contam uma temática específica e resulta em soluções com maturidade mais elevada. A edição mais recente foi o LIFT Challenge sobre o Real Digital, com projetos selecionados em 2022.

Ademais, o LIFT Day é um evento anual de apresentações sobre os resultados alcançados pelas diferentes iniciativas; os LIFT Papers são publicações dos artigos sobre projetos desenvolvidos nesse ecossistema; e os LIFT Talks são encontros normalmente quinzenais para discutir inovação financeira.

Comparando essas iniciativas em termos da curva de maturidade tecnológica, o LIFT Learning permite desenvolver soluções que vão desde pesquisa básica até protótipos iniciais. O LIFT LAB busca entregar provas de conceito até protótipos funcionais. Por fim, o LIFT Challenge resultaria em Produtos Mínimos Viáveis. Ações a partir desse nível de maturidade seriam desenvolvidas no âmbito dos Sandboxes Regulatórios competentes.

Gabriel Porto, consultor do GT Fintech, apresentou as entregas realizadas pelo Subgrupo Regulação no ciclo 2021-2022. Inicialmente, apontou que a agenda do Subgrupo Regulação se conecta com as apresentações anteriores, sobre facilitadores de inovação, pelo

Relatório da Reunião

acompanhamento sobre Sandboxes Regulatórios que vem realizando desde a publicação das Diretrizes sobre o tema, em agosto de 2019[3].

Durante o ciclo 2021-2022, o Subgrupo Regulação tinha um primeiro objetivo de acompanhar as iniciativas locais e estrangeiras e atuar, quando indicado, para apoiar a adoção dos sandboxes regulatórios no Brasil. O resultado culminou na realização de um webinar, em março de 2022, intitulado “Sandbox Regulatório: Lições aprendidas com os processos de admissão”, que contou com a presença de representantes da CVM e do Banco Central, além da moderação pelo BID[4].

O segundo tema na pauta do Subgrupo Regulação durante o ciclo 2021-2022 eram os Valores Mobiliários Digitais. Nesse caso, havia sido constituída uma Frente de Trabalho com o objetivo de propor sugestões de aperfeiçoamentos à regulação de Infraestruturas de Mercado Financeiro, considerando novos modelos de negócio viabilizados pela *Distributed Ledger Technology*.

As entregas realizadas por essa Frente até o momento da reunião foram o texto “*Descentralizar para desintermediar: estudo sobre emissão, distribuição e negociação de valores mobiliários digitais no Brasil*”[5] e as considerações em resposta ao Edital de Audiência Pública SDM/CVM nº 2/21, sobre Ofertas Públicas. O primeiro material, referido como Estudo, havia sido disponibilizado em formato de consulta aberta ao público, em dezembro de 2021, e as contribuições recebidas até fevereiro de 2022 estavam sob avaliação da Frente de Trabalho responsável por esse trabalho, para substanciar um relatório de conclusão dessa atividade.

RegTech era o terceiro e último item na pauta do Subgrupo Regulação para o ciclo 2021-2022. Esse tema motivou também a constituição de uma Frente de Trabalho, com o objetivo de mapear experiências e soluções tecnológicas para questões de observância regulatória e propor alternativas para fomentar o seu desenvolvimento no país.

O trabalho dessa Frente resultou no texto “*Introdução à Regtech: Avanços da Tecnologia Regulatória no Brasil e no Mundo*”[6]. As principais contribuições deste relatório incluíram a identificação de propostas de valor associadas ao desenvolvimento e à adoção da RegTech, com destaque para as possibilidades de redução dos custos de observância, e o mapeamento de quatro estudos de caso nacionais. Um webinar estava sendo organizado para abordar algumas dessas experiências.

Como conclusão, foi apontado que o planejamento para 2022-2023 envolveria uma validação dos temas que continuariam para o próximo ciclo. Além disso, foi anunciado que seria iniciada uma nova iniciativa, voltada para o desenvolvimento de casos de usos da DLT no mercado brasileiro[7].

Antonio Berwanger, da CVM, comentou na sequência sobre essas entregas realizadas e as expectativas de próximos passos. O coordenador do Subgrupo Regulação destacou o envolvimento dos participantes nas Frentes de Trabalho, que produziram conhecimento sobre os temas em pauta e disponibilizaram diferentes materiais para que interessados nesses assuntos possam estudá-los.

Relatório da Reunião

Ecoando os comentários do BID, pontuou como a experiência dos Sandboxes Regulatórios brasileiros é precursora entre os pares na região; e como o desenvolvimento desses ambientes experimentais foi antecedido pela elaboração das Diretrizes por esse Subgrupo[8]. As lições aprendidas após a implementação dos Sandboxes, por sua vez, estariam relacionadas com aspectos mencionados durante a apresentação sobre a experiência do LIFT, tendo sido abordadas em maiores detalhes no webinar descrito anteriormente[9].

O encerramento desse ciclo de atividades do Subgrupo Regulação marcaria um momento de pensar onde concentrar esforços no próximo período. Nesse contexto, o aprofundamento da discussão sobre ativos digitais apareceria como um elemento importante, ainda que outros temas possam vir a ser priorizados.

Os participantes da reunião foram convidados então a trazer suas dúvidas e considerações. Foram registrados comentários sobre a relevância dos Sandboxes Regulatórios implementados pelos reguladores brasileiros, além de dúvidas sobre aspectos abordados nas apresentações temáticas.

Próximos Passos

- Definir as iniciativas que continuam para o próximo ciclo e constituir a nova iniciativa voltada para o desenvolvimento de casos de uso da DLT no mercado brasileiro;
- Publicar o relatório de conclusão da iniciativa sobre Valores Mobiliários Digitais, refletindo as contribuições recebidas após a divulgação do relatório em formato de consulta ao público;
- Realizar o webinar para divulgação, conscientização e educação sobre RegTech, abordando aplicações dessas tecnologias no Brasil.

Subgrupo Instituições Financeiras Públicas

Apresentação temática 03: Transformação digital no Sistema Financeiro

Luigi Iervolino, da Consultoria BIP Brasil, apresentou sobre a inovação e transformação digital no setor financeiro, buscando destacar a importância deste processo para as instituições financeiras públicas e de fomento nacionais. Destacou as fortes transformações em curso no sistema financeiro e mercado de capitais, tanto pelo lado dos reguladores, quanto pelo lado dos participantes do mercado. Apontou ainda que uma maior concorrência está mudando a participação relativa das entidades financeiras no estoque de crédito para Pessoa Jurídica, com impactos na participação das casas de fomento.

A partir desse cenário, Luigi indicou cinco movimentos considerados importantes pela BIP para a jornada de transformação digital. O primeiro, seria um *movimento desordenado* vindo de gestores da empresa, fornecedores, entre outros, e com um viés para resolver problemas mais específicos, sem cunho transformacional. A segunda etapa é de *conscientização*, lideranças se envolvem mais e são despertadas para o potencial da transformação, são buscadas *benchmarkings*, envolvidas pessoas seniores ao redor do tema e buscadas provas de conceito.

Relatório da Reunião

A terceira etapa seria a de *definição da estratégia e organização dos esforços*, com estabelecimento de uma estrutura / equipe para coordenar os esforços de transformação e apoio de parceiros. A quarta etapa é de *experimentação controlada*, com a execução de pilotos e projetos estruturantes, criação de laboratórios, hubs e outros, busca de uma gestão orientada para a mudança, formalização e institucionalização de boas práticas. A quinta e última etapa é de *expansão para as áreas da empresa*, com o lançamento de novos produtos e modelos de trabalho, diversificação de negócios e maior maturidade das equipes.

Luigi entende que a transformação digital é uma combinação de seis dimensões habilitadoras dessa mudanças, a serem avaliadas por cada entidades, a saber: (i) estratégia digital e clareza de onde se quer chegar, (ii) dados e sua utilização na tomada de decisões, (iii) inovação, com processos e ambientes que favoreçam novas ideias, (iv) tecnologias digitais disponíveis e colaboradores preparados para utilizá-las (v) agilidade para acelerar, com uso de metodologias ágeis e focadas em resultados e (vi) experiência, para que foco seja a jornada do cliente.

Foi apontado ainda um caminho, a ser considerada também por instituições do SFN: definição de prioridades estratégicas e o que é buscado com a transformação digital; definição de responsáveis; seleção de um projeto piloto; estabelecimento da metodologia de execução e controle dos resultados; preparação das pessoas que atuarão nos pilotos; acompanhamento da execução dos pilotos; mensuração dos resultados e compartilhamento com lideranças; e preparação para difusão da transformação em maior escala. Trata-se da filosofia de “*pensar grande, começar pequeno e crescer rápido*”.

Por fim, destacou a importância de cada instituição entender seu próprio grau de maturidade digital e com isso estabelecer uma trilha de desenvolvimento. Apontou que esta jornada independe do tamanho e recursos das instituições, pode ser feita por entidades de diferentes portes e modelos. Trata-se muito mais de uma questão de preparação para enfrentar mudanças.

Estéfano Winter, do BDMG e coordenador do subgrupo, apresentou as entregas realizadas e em curso no ciclo 2021-2022, a saber, das seguintes iniciativas: (i) Contratação de Fintechs; e (ii) Competências Digitais. Apontou que a agenda do Subgrupo IFPs se conecta com a apresentação realizada anteriormente, sobre Transformação digital no Sistema Financeiro, sobretudo no que se refere a possíveis caminhos que podem ser seguidos pelas diferentes casas de fomento.

Na sequência, expos sobre uma primeira entrega prevista para o ciclo 2021-2022. Foi reforçada a publicação da segunda edição da cartilha “Contratação de fintechs pela administração pública” [10]. O material busca apresentar as principais formas jurídicas de contratação pública de fintechs pelas IFDs e foi atualizado incorporando as principais mudanças recentes na legislação e na regulação. Essa é uma ação que se relaciona diretamente e reforça a iniciativa “competências digitais”, na medida em que apresenta as alternativas existentes para a formalização de contratos e parcerias no SNF, envolvendo fintechs que possam contribuir com soluções e tecnologias inovadoras. O coordenador também ressaltou possível utilidade da cartilha em auxiliar a contratação de fintechs para a provisão de serviços ligados à pauta ASG

Relatório da Reunião

(Ambiental, Social e Governança). Por fim, indicou que estão sendo estruturadas ações de disseminação.

O segundo tema na pauta do Subgrupo IFPs durante o ciclo 2021-2022 era a iniciativa de Competências Digitais. A ação, que conta com o apoio e participação ativa da ABDE e do BID, tem como principal foco identificar as necessidades e entraves comuns das entidades do SNF e promover ações para apoiar essas instituições no desenvolvimento de suas competências digitais.

Estéfano lembrou que, como um primeiro passo, foi unânime a necessidade de se criar um entendimento comum e construir um passo a passo. O que se concretizou num Guia de boas práticas, que traz recomendações gerais sobre como desenvolver um processo de competências digitais, estruturado a partir do olhar e das experiências das instituições de fomento. Sensível ao universo heterogêneo dessas instituições no país, o Guia traz sugestões gerais de forma que a sua implementação possa ocorrer de maneira proporcional e compatível com as características de cada instituição. Para apresentar o Guia, Estéfano convidou então parte dos participantes do subgrupo que estiveram ativamente envolvidos na sua estruturação.

Primeiramente foram apresentadas breves considerações teóricas trazidas pelo Guia, sobre as principais mudanças em curso, como elas afetam as IFDs e apontado um conceito de competências digitais e sua importância para o universo de fomento. Mas a verdadeira contribuição do Guia está em apresentar uma orientação prática. Por isso, na sequência, o Guia traz três passos para o desenvolvimento de competências digitais. O conceito por trás está em desenvolver competências digitais ligadas a projetos concretos de inovação e não de forma apartada e abstrata, como uma lista de tarefas e cursos teóricos. Destaca-se que o passo buscou, sempre que possível, fazer referência ao uso de métodos ágeis.

Como primeiro passo, o Guia traz sugestões de governança, que foram apresentadas por Cassius Otharan e Denise Raupp, do Badesul. Foram primeiramente apontados alguns desafios relevantes para um sistema de inovação e elencados os mais comumente verificados nas instituições de fomento, em função das suas especificidades. Na sequência, foram apontadas as sugestões do Guia para a estruturação de três níveis de governança, a saber mais resumidamente: (i) instância decisória, ligada à alta administração e responsável pela avaliação e deliberação das questões de inovação e competências digitais; (ii) instância de gestão, formada por um ou mais colaboradores da instituição e responsável pelo gerenciamento de um ou mais projetos de inovação e competências digitais, ou seja, de um portfólio de projetos de inovação; e (iii) instância de execução / equipe de projetos, também formada por um ou mais colaboradores, mas aqueles que serão requeridos para a execução do projeto específico de inovação. Também apontaram pontos importantes, como formalização na dedicação de horas dedicadas.

Como segundo passo, o Guia aponta sugestões para definir, priorizar e executar projetos que tenham objetivos específicos e que envolvam as competências digitais – apresentados por Cristiane Magalhães de Oliveira, da Desenhahia. O Guia sugere o desenvolvimento de projetos em três fases inspiradas num processo de inovação aberta: (i) fase de pesquisa, que envolve a

Relatório da Reunião

captura de ideias; definição de objetivos específicos e competências digitais requeridas; entregas em pacotes curtos; definição dos envolvidos; estimativa de custos; mapeamento de oportunidades ou restrições regulatórias e tecnológicas; e possível conexão com o ecossistema de inovação; (ii) fase de desenvolvimento, envolvendo definição dos requisitos que compõem o produto; foco num MVP; e acompanhamento frequente pelas equipes; (iii) fase de comercialização e implementação.

Como terceiro e último passo, sugere-se a avaliação e monitoramento de cada projeto em todas as suas etapas, envolvendo questões como: identificação de benefícios esperados e resultados-chave; estabelecimentos de métricas e indicadores; ciclos de avaliação e testagem com periodicidade regular, mais curtos e frequentes; correção ágil de falhas; e envolvimento das instâncias de governança.

A previsão é que o Guia seja finalizado nos próximos meses e sejam desenvolvidas ações para a sua divulgação e disseminação. Como conclusão, foi apontado que o planejamento para 2022-2023 envolveria uma validação dos temas que continuariam para o próximo ciclo, notadamente o diagnóstico do grau de maturidade das instituições de fomento (questionário com base no Guia) e avaliar ações mais práticas (ex. pilotos).

Os participantes da reunião foram convidados então a trazer suas dúvidas e considerações. Foram registrados comentários sobre as dificuldades de acesso a crédito das MPMEs e a importância do sistema de fomento em apoiar estas empresas. E como essas transformações regulatórias (como *open banking*) e tecnológicas poderão contribuir com um aprimoramento do serviço prestado pelas casas de fomento.

Próximos Passos

- Realização de evento de disseminação e discussão da Cartilha de Contratação de Fintechs.
- Publicação do "Guia de Boas Práticas sobre como estruturar um processo para desenvolver Competências Digitais nas Instituições do Sistema Nacional de Fomento" e avaliação de ações de divulgação e disseminação de seu conteúdo.
- Definir as iniciativas que continuam para o próximo ciclo.

Subgrupo Fomento do Ecossistema

O terceiro e último bloco da reunião tratou da iniciativa em curso do subgrupo de Fomento, ou seja, da iniciativa de Fintechs Sustentáveis. Foi lembrado aos membros do GT Fintech que uma apresentação temática sobre o tema ocorreu dias antes à presente reunião do GT, em 28/4, no Webinar "Sustainable Fintechs: experiências internacionais e no Brasil"[11]. Na ocasião, moderados por Claudio Maes, da CVM, foram explorados casos observados em outras jurisdições pelo professor da Universidade de Zurich Thomas Puschmann e apresentados os resultados da pesquisa do LAB, por Bruno Diniz, da Spiralem. Dessa forma, para a reunião do GT, considerou-se pertinente não trazer uma nova apresentação temática, mas sim tratar diretamente das entregas concluídas e possíveis ações para o próximo ciclo.

Relatório da Reunião

Bruno apresentou as entregas realizadas e em curso no ciclo 2021-2022. Recordou o objetivo da iniciativa, de mapear as *sustainable fintechs* no país e seus entraves e a partir daí propor recomendações para fomentar esse ecossistema. Foram recordadas as ações realizadas. Primeiramente, o esforço teórico para depurar as principais referências no tema e criar um entendimento inicial e comum sobre o que são as *Sustainable FIntechs*. Em seguida, buscou-se a identificação das possíveis fintechs sustentáveis no Brasil, para o qual foram feitos um levantamento interno (com apoio da ABFintechs) e uma pesquisa aberta ao público para a coleta de informações. Bruno recordou que os resultados da pesquisa foram publicados este ano e que contou com 33 respondentes que se autodeclararam *sustainable fintechs*. Adicionalmente, foram reiterados os principais achados da pesquisa.

Por fim, foram apresentadas as ações em curso, de aproximação com as fintechs sustentáveis e realização de mesa-redonda com essas entidades para a condução de uma discussão sobre possíveis ações para fomentar o desenvolvimento desse ecossistema no país.

Finda a apresentação, Claudio Maes complementou destacando o caráter exploratório da iniciativa, em um campo ainda recente como se observou no estudo das referências e busca pela identificação das empresas do ecossistema.

Os participantes da reunião foram convidados a registrar seus comentários. Foi reiterada a importância de se aprimorar o conceito de fintech sustentável, sobretudo para que essas empresas entendam melhor os caminhos para incorporar as questões ASG e para que sejam evitados riscos como de *greenwashing*. Foi indicada a possibilidade de maior conexão entre fintechs sustentáveis e entidades do sistema de fomento e mercados financeiro e de capitais. Também foi sugerida a exploração de questões como uso de seguros de crédito como um dos caminhos para tratar de gargalos de financiamento para as fintechs sustentáveis.

Próximos Passos:

- Aproximação com as fintechs sustentáveis por meio de conversas bilaterais.
- Realização de mesa-redonda com as fintechs sustentáveis para discussão sobre possíveis ações para fomentar o desenvolvimento desse ecossistema no país; e convite a essas entidades a ingressarem no LAB.
- Definir as iniciativas que continuam para o próximo ciclo.

A reunião foi concluída, com a fala final de encerramento de José Alexandre Vasco e Antonio Berwanger, ambos da CVM. O próximo encontro anual do GT Fintech está previsto para o segundo semestre de 2022.

Link para apresentações utilizadas:

https://drive.google.com/drive/folders/1xLwSvHZTYpcjgzDTMxEKR_yvzihk1RSR?usp=sharing



Laboratório de Inovação Financeira

Relatório da Reunião

Link para a gravação da Reunião:

https://drive.google.com/file/d/1QbmVZwAouD1FmvSfc-skNOzbJr5wRC_E/view?usp=sharing

Caso deseje receber quaisquer outros materiais produzidos pelo GT Fintech, por gentileza, envie um e-mail para info@labinovacaofinanceira.com ou gtfintech@labinovacaofinanceira.com.



www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com



Relatório da Reunião

[1] Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/fintech-en-america-latina-y-el-caribe-un-ecosistema-consolidado-para-la-recuperacion>

[2] Disponível em: <https://www.iadb.org/en/sector/initiatives/digital-finance-innovation/fintechregmap>

[3] Disponível em: https://labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2020/03/Sand_box_lab_vs8_web.pdf

[4] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YoPfSlyFLE>

[5] Disponível em: https://labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_Tokenizacao_vs6.pdf

[6] Disponível em: https://labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2022/04/Introducao_RegTech.pdf

[7] Depois da reunião, essa ação veio a ser denominada como “Iniciativa DeFi e Criptoativos”. Os seus objetivos são promover o estudo, análise e desenvolvimento de modelos e estruturas conceituais no mercado financeiro e de capitais brasileiro que se utilizem de criptoativos e de funcionalidades e modelos adotados pelas Finanças Descentralizadas, preservando a proteção aos investidores, a eficiência dos mercados e demais objetivos da regulação nacional. Diferentes Frentes de Trabalho compõem essa iniciativa, cada uma com respectivos participantes, objetivos e entregáveis.

[8] Ver nota 3, acima.

[9] Ver nota 4, acima.

[10] Disponível aqui: https://labinovacaofinanceira.com/wp-content/uploads/2022/03/cartilha_contratacao_fintech_vs8.pdf

[11] Disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=gsDcYdLmW44&t=1428s>